



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ARYELLA DA SILVA LEITE

FÓRUM DE MULHERES DO ARARIPE: quem somos e o que pensamos

Recife

2023

ARYELLA DA SILVA LEITE

FÓRUM DE MULHERES DO ARARIPE: quem somos e o que pensamos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito de aprovação para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (Monografia).

Orientadora: Júlia Figueredo Benzaquen.

Recife

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L533f Leite, Aryella da Silva.
Fórum de mulheres do Araripe (FMA): quem somos e o que
pensamos / Aryella da Silva Leite. - Recife, 2025.
51 f.; il.

Orientadora: Júlia Figueredo Benzaquen.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2025.
Inclui referências.

1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Movimentos sociais –
Feminismo. I. Benzaquen, Júlia Figueredo, orient. II. Título

CDD 300

ARYELLA DA SILVA LEITE

FÓRUM DE MULHERES DO ARARIPE: quem somos e o que pensamos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito de aprovação para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (Monografia).

Aprovado em: 27/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Laeticia Medeiros Jalil (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho às companheiras do Fórum de Mulheres do Araripe (FMA), um dos agrupamentos do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e do Grupo de Mulheres Jurema (Ouricuri-PE), meus coletivos raiz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as companheiras que coletivamente constroem o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e do meu agrupamento raiz, Fórum de Mulheres do Araripe (FMA), por colaborarem diretamente na construção deste trabalho participando da pesquisa. Ao Grupo de Mulheres Jurema que ingressei em 2017 e faço parte até hoje, mesmo distante fisicamente, mais próxima nas construções possíveis. O Jurema é um marco na minha história feminista, desde então, continuo assídua na construção do sonho de “transformar o mundo pelo feminismo”. É ousadia citar nomes, mas vou fazer correndo o risco de lembrar de outros mais tarde: Venuse por me apresentar ao FMPE. Cláudia por me apresentar ao Jurema e conseqüentemente ao FMA. Geisa Virgínio, minha melhor profa. de história em Ouricuri e mais tarde uma querida companheira deste movimento. Gésia Cristina que conheci em movimento e hoje é uma grande amiga, assim como Vera Guedes e Tica de Nere, com elas tive a sorte de acompanhar rodas de conversas pelo nosso sertão, em locais que nunca havia passado. As Juremas: Adevania, Jane, Mariana, Lana, Tonha, Kesia, Regina, Izete e as Juremas “novas” Íris, Adriely e Elaine, admiro demais todas vocês e agradeço a minha acolhida no movimento. Tem ainda Mykaelle, parceira de produção do Programa Mulheres do Sertão com as comunicadoras populares Vera Guedes e Gesia Cristina.

À minha querida orientadora Júlia Figueredo Benzaquen por compartilhar tantos saberes e pela compreensão de acompanhar uma aluna trabalhadora, além de ser minha mestra na disciplina de Movimentos Sociais, espaço onde acessei parte da teoria e convivi com colegas de outros movimentos. Às professoras integrantes da minha banca: Laeticia Jalil e Rosário Leitão por aceitarem o convite e fortalecerem este trabalho com as suas análises e amplos conhecimentos sobre gênero, feminismo e ruralidades. À Professora Dora, mas já falei pessoalmente para ela, pois foi na sua aula de Introdução à Antropologia que conheci a atuação do FMPE, quando Venuse, colega de curso e hoje companheira no FMPE, falou sobre a atuação das feministas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Agradeço também a Janaina e a Cris, ex e atual colaboradoras da Coordenação do Curso. Neste momento recordo de algumas contribuições para a construção dos meus conhecimentos diretamente ligados a este trabalho: Profa. Andréa Butto em Gênero,

trabalho e diversidade; Profas. Laetícia Jalil e Socorro Lima em Teorias Sociológicas Contemporâneas; Profa. Gabriella Bezerra em Mulheres, poder e política, além de Políticas Públicas; Prof. João Morais em Sociologia do Trabalho, Profa. Júlia em TCC 2, além de todas/os demais professores do DECISO que tive o privilégio de ser aluna. Aos colegas e alguns amigos que fiz no decorrer do curso, além de quem conseguiu chegar no dia da apresentação: Thalita, Natasha, Cecília, Cícero e João Marcelo que apresentaram seus trabalhos na mesma semana, vocês foram essenciais, amei os abraços, mas faltou a foto.

Não poderia esquecer de minhas amigas e amigos que escutaram vários “nãos” aos mais variados convites: Behl, Janaina, Arnaldo Fé, Paulinho, Fátima, Catarina e Léo. Ao psicólogo Bruno Melo que além das sessões ainda deu dicas sobre a produção acadêmica. Aos meus irmãos Bruno e Braulyw e os meus gatos Miminho, Lobinho e Chatinha. A minha vizinha e amiga Ceça pelo cuidado comigo e com os meus gatos, sempre que necessário. A Mãe Frauzina por todo amor e companheirismo. A vó Dona Chata e Pai Monteiro (ambos em memória). A tia Bida e Lorena, tia Lay, Raquel, Vitória, Alice e Amandinha. As amigas do trabalho Cris Rabelo, Joselma e Cris Santos que escutaram minhas experiências domésticas, dentre outras, vivenciadas durante a produção deste TCC.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo entender a atuação do Fórum de Mulheres do Araripe (FMA) no enfrentamento a violência contra as mulheres, a partir do olhar das suas próprias integrantes. Buscou também identificar quais as principais mudanças percebidas em suas vidas ao ingressarem no movimento feminista, além de conhecer quais as pautas de luta coletiva que consideram prioritárias no território do Sertão do Araripe. Desenvolvido de forma qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário com parte das mulheres integrantes do FMA, este trabalho obteve informações relevantes sobre o perfil das mulheres e a organização feminista no território. Tais resultados mostraram caminhos que podem ser percorridos para melhor entender a dinâmica feminista do sertão em trabalhos futuros.

Palavras-chave: feminismos; movimentos sociais; movimentos feministas.

ABSTRACT

This study aimed to understand the role of the Araripe Women's Forum (FMA) in addressing violence against women, from the perspective of its own members. It also sought to identify the main changes perceived in their lives after joining the feminist movement, as well as to explore the collective struggles they consider priorities in the Araripe Sertão region. Developed through a qualitative approach, using bibliographic research and the application of a questionnaire with some of the FMA members, this study gathered relevant information on the profile of these women and the feminist organization in the territory. The results revealed possible paths to better understand the feminist dynamics of the Sertão in future research.

Keywords: feminisms; social movements; feminist movements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MOVIMENTO SOCIAL E MOVIMENTO FEMINISTA.....	16
2.1 Movimentos Sociais e os seus conceitos.....	16
2.2 Movimento Feminista.....	21
3 A ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, O FÓRUM DE MULHERES EM PERNAMBUCO E O FÓRUM DE MULHERES DO ARARIPE.....	27
4 MULHERES DE LUTA NO SERTÃO DO ARARIPE.....	32
4.1 Sertão do Araripe.....	32
4.2 A Pesquisa com o Fórum de Mulheres do Araripe – FMA.....	35
4.3 As Mulheres do FMA - Quem Somos.....	37
4.4 As Mulheres do FMA - O Que Pensamos.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são tema das Ciências Sociais de longa data, com estudos diversos, assim como as correntes as quais integram nos variados períodos da história moderna. Ao escolher tratar do Fórum de Mulheres de Pernambuco-FMPE em seu agrupamento no Sertão do Araripe, utilizei como ponto de partida a obra “Feminismo Popular e lutas antissistêmicas” da educadora popular Carmen Silva, também integrante do FMPE. O Fórum de Mulheres do Araripe- FMA foi fundado em 2002 na região do sertão do Araripe e desde então tem contribuído com a organização coletiva para o enfrentamento às violências contra as mulheres na região, entendendo a violência de várias formas, como por exemplo, a omissão do Estado e a ausência de políticas públicas que cheguem ao interior de Pernambuco.

O trabalho reconhece o papel deste movimento social formado por mulheres populares, diversas, feministas e com demandas comuns. Considerando que a teoria feminista acadêmica pode parecer distante de suas realidades locais, acarretando um estranhamento com o termo “feminismo” que é amplamente atacado pela crescente onda antifeminista por grupos religiosos e políticos conservadores, esta pesquisa traz como hipótese que o Fórum de Mulheres do Araripe (FMA) contribui para o enfrentamento às violências contra as mulheres, seja dentro de casa ou pelo próprio Estado. Esse enfrentamento às violências se dá a partir da luta coletiva feminista e da incidência política, denunciando a ausência e a retirada de direitos que vivenciamos nos últimos anos e o aumento de pautas conservadoras, baseadas em princípios religiosos sobre os papéis de gênero.

Assim, apresento como **objetivo geral**: buscar entender como é a atuação do Fórum de Mulheres do Araripe (FMA) no enfrentamento a violência contra as mulheres, a partir do olhar das suas próprias integrantes. E como **objetivos específicos**: identificar quais as principais mudanças percebidas nas vidas das integrantes do Fórum de Mulheres do Araripe (FMA) a partir do ingresso no movimento feminista, além de levantar quais as pautas de luta coletiva consideram prioritárias para o território do Sertão do Araripe.

A organização política das mulheres é popularizada nos anos 80 com a redemocratização do Brasil, em sua diversidade, rural, sindical, periféricas, lésbicas, acadêmicas. O feminismo amplificou sua voz nos últimos 20 anos, tanto nas ruas

como nas redes sociais, alcançando conquistas significativas no campo das políticas públicas, algumas temporárias ou de alcance limitado diante da demanda existente.

Além disso, este trabalho busca ampliar o debate, relacionando "as ruas" e à teoria sobre movimentos sociais no contexto da luta por direitos das mulheres e de todos os demais que afetam o bem viver, tais como, saúde, alimentação, educação, moradia, que sofrem com o desinvestimento gradual do Estado desde 2016, num contexto sociopolítico de reformas trabalhista, previdenciária e a PEC 95 que congela parte do orçamento público por 20 anos.

Num contexto de crescimento dos índices de violência contra as mulheres, aprofundamento das desigualdades sociais e da fome, enquanto estudante de ciências sociais e integrante do movimento feminista em Pernambuco, objeto desta pesquisa, o qual conheci através de uma colega de turma numa aula de antropologia deste curso, entendo que a mobilização social das mulheres é um dos principais caminhos para enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista, além de pensar em alternativas possíveis para uma sociedade melhor a partir da coletividade.

O próximo capítulo traz um breve histórico sobre os movimentos sociais e o movimento feminista, assim como, algumas autoras e autores que contribuem para a construção teórica deste trabalho.

2 MOVIMENTO SOCIAL E MOVIMENTO FEMINISTA

2.1 Movimentos Sociais e os seus conceitos

Um dos temas da sociedade que é objeto das ciências sociais são os movimentos sociais, seja na América Latina, a partir dos anos 70, diante da produção de conhecimento nas universidades, institutos de pesquisa e ONGs ou anteriormente, com a vasta contribuição teórica nos E.U.A e na Europa.

Na obra “Teorias dos Movimentos Sociais”, Maria Glória Gohn (2014) organiza de forma didática teorias e períodos por 03 (três) paradigmas: o norte-americano com as teorias clássicas sobre ações coletivas, as teorias contemporâneas da ação coletiva e dos movimentos sociais e as teorias sociais na era da globalização; os paradigmas europeus sobre os novos movimentos sociais e o marxista na análise dos movimentos sociais.

No artigo "As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate", Angela Alonso (2009) apresenta a teoria em dois momentos: o da "Era Clássica", entre os anos 30 e 60 do século passado, com a teoria da desmobilização; E, ainda nos anos 60, diante de um outro cenário de movimentação social, o momento das teorias da Mobilização de Recursos (TMR) e da Participação Política (TPP) nos E.U.A e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) na Europa, sendo esta, a mais influente nos estudos da América Latina.

Para Gohn (2014) o paradigma Clássico Norte-Americano tem cinco correntes: a primeira seria a da Escola de Chicago e os interacionistas buscando explicar os movimentos a partir da interação indivíduo e sociedade com temas como “mudança social, desenvolvimento de comunidade, processos de participação e educação para o povo” (Gohn, 2014, p. 27). Ela destaca a figura de lideranças necessárias para colocarem as teorias em prática, agindo como reformadores sociais e criadores de novas instituições. Os eixos básicos para esta teoria da mudança social eram as instituições e a educação. Esta ideia teve grande influência na Teologia da Libertação da Igreja Católica, assim como, a criatividade para propostas de educação popular na América Latina dos anos 70 a 90.

Sobre a segunda corrente, a autora cita a teoria das sociedades de massa de Eric Fromm e Hoffer, nos anos 40 e 50, ambos foram integrantes de movimentos sociais. Já o autor K. Kornhauser, além de não participar de movimentos, os definiu

como formas irracionais e retrógradas de comportamento. Destacam os estudos sobre “os totalitarismos, movimentos não democráticos, alienação das massas e perda de controle e de influência das elites culturais” (Gohn, 2014, p. 36).

Na terceira corrente Gohn (2014) traz a colaboração dos autores Lipset e Rudolf Heberle nos anos 50, prevalecendo a abordagem sociopolítica, com base marxista sobre a articulação de classes e relações sociais de produção para o entendimento das mudanças sociais, inclusive na América Latina. Entende os movimentos como resultado do descontentamento dos indivíduos e reforça a necessidade da solidariedade social ou senso de comunidade para busca de mudanças.

Em relação a quarta corrente, entre os anos 50 e 60, que traz o comportamento coletivo e suas categorias: "explosões coletivas" e "movimentos coletivos", Glória menciona também o olhar do funcionalismo, numa combinação entre as teorias de Chicago e da Ação Social, sendo seus principais autores Parsons, Goffman, Turner e Killian, N. Smelser e David Aberle que utilizam a psicologia social para a análise dos comportamentos coletivos.

E para concluir, ela traz a quinta corrente, a das teorias organizacionais-comportamentalistas, com influência na teoria da Mobilização de Recursos e tem como teóricos Selznick, Gusfield e Messinger.

Para Alonso (2009) a "Era Clássica" da teoria da desmobilização política é influenciada pela cultura individualista do capitalismo e suas "correlações entre estrutura da personalidade e estrutura da sociedade" (Alonso, 2009, p. 50). Há um cenário de avanço dos regimes autoritários na Europa e ao mesmo tempo, o surgimento de novas reivindicações sociais, como os direitos civis, o feminismo e o ambientalismo com formas diretas de ação política.

Retomando a proposta de Gohn (2014), às teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais tratam das Teorias da Mobilização de Recursos (MR) e da Mobilização Política (MP) ou do Processo Político (PP).

A corrente da Mobilização de Recursos surge após as transformações dos anos 60 do século XX, com os autores Olson, Zald e McCarthy. A MR nega as teorias clássicas com enfoque psicossocial, mesmo porque trata de cenários históricos e movimentos distintos daquele período. Nas duas décadas que predominou, esta teoria pensou os movimentos por grupos de interesses, com

enfoque organizacional: recursos humanos, financeiros e de infraestrutura, e posteriormente, recursos econômicos, humanos e de comunicação. Identifica a hierarquia como necessária para a existência dos movimentos no “mercado”, através das estratégias de mobilização de recursos como forma de sobrevivência e manutenção dos mesmos, inclusive igualando-os a outras instituições do cenário. "A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas" (ALONSO, 2009, p.53).

A MR trata o ser humano de forma genérica, desconsiderando grupos específicos de pessoas historicamente excluídas pelo sistema capitalista, além de não diferenciar protestos realizados dentro da legalidade de outros que não são. Gohn (2014) aponta como as principais lacunas da teoria da MR: ausência de uma análise do contexto social e político; desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado; ignorar lutas atuais e anteriores, além da omissão sobre o papel da cultura nas ações coletivas. Alonso (2009) completa a crítica "inflou a faceta racional e estratégica da ação coletiva" (Alonso, 2019, p. 53).

A teoria da Mobilização Política (MP) ou do Processo Político (PP) reformulou a teoria da MR, passando a enfatizar a mobilização política, mantendo a importância dos recursos e das lideranças/ativistas com o incremento da solidariedade, pertencimento e densidade: "A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação" (Alonso, 2009, p. 55).

Outra diferença entre a PP e a MR, é o fato de pensar os Movimentos Sociais a partir do "enquadramento macro-histórico" resultante do debate marxista, como comenta Alonso (2009). Então, autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam resgatam os clássicos Weber e Durkheim, como também, os contemporâneos Foucault e Bourdieu, dentre outros, para explicarem o conceito de cultura associado ao de política, marca desta corrente.

A Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) aparece como elemento necessário para maior ou menor organização social dos movimentos sociais, pois estando favorável a grupos insatisfeitos, pode criar um ciclo de protestos. A questão dos ciclos de protesto e do resgate teórico sobre oportunidades políticas surgem com Sidney Tarrow. Além da EOP, ele identifica que repertório, redes e marcos referenciais são indispensáveis para a construção de um movimento social (GOHN, 2014, p.98).

Por utilizar a psicologia social no entendimento coletivo, a PP resgata os conceitos de "reconceituação da figura do ator, as microrrelações face a face e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica" (Gohn, 2014, p. 73).

Mesmo sendo considerada uma versão melhor da MR, a teoria da PP teve pouca relevância na América Latina e aqui no Brasil apenas Boschi (1987) utilizou-se dela para os seus estudos de movimentos durante a redemocratização do país, como enfatiza Alonso (2009, p. 59).

Para Maria da Glória Gohn (2014), a teoria dos novos movimentos sociais (NMS) faz parte dos paradigmas europeus, juntamente com a teoria neomarxista. Esta teoria foi crítica à teoria marxista clássica e tem como seus principais autores: Clauss Offe, Alberto Melucci, Laclau e Mouffe e Alain Touraine. Habermas tem grande contribuição sobre o tema, mas esta autora o coloca no grupo dos neomarxistas, diferente de Alonso (2009) que não utiliza a divisão entre teóricos de NMS e neomarxistas em seu artigo sobre movimentos sociais.

O que justifica a separação dos neomarxistas é o nível de concordância dos autores: Melucci parte de premissas totalmente distintas do marxismo, Offe defende a atualização teórica deste devido às transformações históricas, mas sem negar as categorias básicas marxista. Estes autores criaram esquemas interpretativos enfatizando temas como cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, solidariedade entre as pessoas de um mesmo grupo ou movimento social e processo de identidade.

As características gerais dos NMS, segundo Gohn (2014) são: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo para explicar ações individuais e coletivas; um novo sujeito coletivo e difuso; centralidade da política, ações e identidade coletivas.

A teoria marxista clássica tem dois períodos, um de Karl Marx jovem com linha histórico-humanista e teorias sobre consciência, alienação e ideologia. Nesta fase temos como seus principais teóricos e críticos Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Lukács e a Escola de Frankfurt após a II Guerra Mundial. O outro período é o da maturidade do autor com as teorias sobre formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia e mais-valia. (Gohn, 2014, p.172).

Para Alonso (2009) "uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo" (Alonso, 2009, p. 60) e os teóricos dos NMS mostram um consenso

sobre isto, como por exemplo, Touraine ao nomear a sociedade como "programada" e "pós-industrial" ou como Melucci que a nomeia como "avançada, de massas ou sociedade da informação" (Alonso, 2009, p. 63). Há uma alteração de foco do trabalho e da indústria para novas demandas sociais, com outras formas de fazer política no dia a dia das pessoas, uma "politização da vida privada":

Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas. (Alonso, 2009, p. 61).

Ainda de acordo com Alonso (2009), estes novos movimentos usam formas de ação direta, "no nível dos próprios problemas sociais", e seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil (Alonso, 2009, p. 61). E na visão de Gohn (2014) os MS:

Usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (Gohn, 2014, p. 125).

Alonso afirma que assim haveria "uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil" (Alonso, 2009, p. 61). Conforme mencionado anteriormente, os paradigmas europeus influenciaram os estudos e os próprios movimentos sociais na América Latina, sendo nos anos 70 a vertente marxista-estruturalista de Castells, e nos anos 80 a dos novos movimentos sociais em sua diversidade (Gohn, 2014).

Porém, há uma diferença de contexto de lutas e MS da América Latina em relação à Europa e aos E.U.A, inclusive com a repressão social e política do regime militar na região, como por exemplo, entre os anos 60 e 80 no Brasil, sendo os anos 80 o período de redemocratização política diante da pressão social. Outra questão relevante era a precarização da vida e do trabalho nos meios urbano e rural, dando força à organização de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores da economia, funcionários públicos ou de caráter popular, como das trabalhadoras domésticas e mulheres do campo.

Do final dos anos 70 até 80, "a cultura política latino-americana" passou por transformações, focalizando nos "direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados" (Gohn, 2014). É notável o reflexo desta mudança na Constituinte e no texto final da Constituição Federal de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã" que traz direitos para a população indígena, criação

do Sistema Único de Saúde-SUS e Sistema Único de Assistência Social-SUAS, previdência social, dentre outras conquistas legais para o povo brasileiro.

Nos anos 90, diante do fenômeno da Globalização que impactou negativamente os países do “terceiro mundo”, dentre eles os da América Latina, há mudanças significativas no mercado de trabalho e produtivo, acompanhadas de altos índices de desemprego e informalidade, crises financeiras, privatizações de empresas públicas, dentre outros efeitos da política neoliberal. É neste período, a partir da atuação de ONGs estrangeiras, que a teoria da mobilização de recursos começa a ter visibilidade no Brasil.

Para Angela Alonso (2009) junto à globalização há uma mudança de atuação de movimentos da escala nacional para mundial, exigindo uma formalização dos mesmos para organizações: "Os protestos contemporâneos envolvem ativistas e temas que atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional" (Alonso, 2009, p. 74).

Ao trazer o fato do ataque das Torres Gêmeas nos E.U.A em 11 de setembro de 2001, a autora fala de uma nova etapa que envolve violência e forte repressão com o argumento do combate ao terrorismo. No Brasil, os anos 2000 são marcados pelos governos do presidente Lula e Dilma, com conquistas importantes para os movimentos sociais, como serão mencionados mais adiante. Tais conquistas incluem também o movimento feminista, como será apresentado a seguir, quando há a criação de leis e políticas públicas resultantes de décadas de pressão das mulheres organizadas em seus variados espaços de luta.

2.2 Movimento Feminista

O livro “Feminismo Popular e lutas antissistêmicas” de Carmem Silva (2016) é uma das obras referência para esta pesquisa sobre o Fórum de Mulheres no Araripe (FMA) por tratar sobre o "processo de organização e ação coletiva de mulheres de classes populares e sua identificação com o feminismo". O texto foi feito a partir do espaço político da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), articulação nacional que os Fóruns de Mulheres de Pernambuco, do Pajeú, da Mata Sul e do Araripe fazem parte. Em seu entendimento o feminismo é “um pensamento crítico radical sobre a situação das mulheres, mas também é um movimento social que atua para alterar esta situação” (Carmem Silva, 2016, p. 299).

Nós mulheres formamos um grupo social constituído a partir de relações de dominação e exploração, uma subjetividade coletiva marcada por diferenças e desigualdades no seu interior. No meu entendimento, as desigualdades que formam este grupo social são estruturadas a partir de relações sociais de sexo, de raça e de classe. Mas apesar disso, nós mulheres resistimos individualmente e em coletivos, em movimentos sociais. Isto significa que temos algo em comum que é capaz de, contingencialmente, potencializar a nossa ação coletiva contra os adversários com o intuito de promover fissuras no sistema de poder (Carmem Silva, 2016, p. 299).

Dentre os tantos feminismos, esta autora mostrou o histórico de lutas sociais enfrentadas a partir dos anos 70 no país com a participação das mulheres do campo popular de esquerda: redemocratização com as Diretas Já, o “lobby do batom” durante a Constituinte. As campanhas publicitárias impulsionadas pelo lobby e Conselho Nacional de Direito da Mulher- CNDM, criado em 1985, trazem as chamadas de impacto: “Constituinte sem mulher fica pela metade”, “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” e “Constituinte, as mulheres estão de olho em você!”. No mesmo período, as mulheres lançaram a “Carta das Mulheres aos Constituintes” (Shuma Shumaher, 2019, p. 17).

A atuação das mulheres nos partidos políticos de esquerda foi fundamental para as eleições presidenciais com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva nos anos 2000, seguida pela vitória de Dilma Rousseff que foi a primeira mulher a chegar ao cargo de presidente no país. Ou seja, não eram apenas as mulheres de classe média e acadêmicas, como aconteceu nos primeiros encontros nacionais feminista¹, com acesso às teorias sobre os movimentos sociais e feminismo “hegemônico” importado dos E.U.A e da Europa que atuavam e atuam politicamente nos movimentos feministas do Brasil.

O movimento feminista no Brasil esteve marcado, nos anos 1970 e 1980, pela luta em prol da redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade. Multiplicaram-se por todo o país, dezenas de grupos autônomos de mulheres reunindo as mais diferentes expressões políticas: desde as associações de donas de casa, criadas na década de 1960, as trabalhadoras urbanas e rurais, até as intelectuais e as recém-chegadas exiladas (Shuma Shumaher, 2019, p. 13).

As conferências das Nações Unidas trazem um importante espaço de atuação política para as mulheres, a ECO-92² com o Planeta Fêmea³, as

¹ 31ª Reunião Anual da SBPC- 1º Encontro Nacional Feminista em Fortaleza/CE, 1979. 1º Encontro Nacional Feminista- 1979

² A Conferência Eco-92 ou Rio-92 foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. <https://www.politize.com.br/eco-92/>

³ Espaço privilegiado dentro do Fórum das Organizações Não-Governamentais da conferência, que promoveu o encontro de representantes de vários países e etnias e possibilitou a elaboração da Agenda 21 das Mulheres (Shumaher, 2019).

conferências dos Direitos Humanos⁴ em 1993 e da População e Desenvolvimento⁵ em 1994, seguidas pela IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing, 1995 (Shuma Shumaker, 2019, p. 17).

O processo de preparação dessas conferências fortaleceu os movimentos e suas articulações em todo o mundo e, no Brasil, a Conferência Mundial da Mulher abriu a oportunidade para a criação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), reunindo fóruns e agrupamentos já existentes e estimulando a criação de novos espaços de debate em todo o país (Shuma Shumaker, 2019, p. 17).

Dentre um dos exemplos de atuação de mulheres populares, podemos citar o importante Sindicato das Trabalhadoras Domésticas em Pernambuco, com parte de sua história retratada por sua ex-presidente, Lenira Carvalho (1932-2021), em sua obra autobiográfica, relançada pós morte, “A luta que me fez crescer e outras reflexões” (Lenira Carvalho, 2022). Mulher negra e trabalhadora doméstica, assim como a maioria das ocupantes desta profissão até hoje, ativista pelos direitos de sua categoria desde o período da ditadura militar até a promulgação da PEC das domésticas em 2015, feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco, lugar que já ocupou a coordenação estadual, teve uma vida dedicada às lutas das mulheres.

A antropóloga e filósofa Lélia Gonzalez (1988) foi crítica ao feminismo hegemônico e ao racismo vivenciado em espaços compostos principalmente por mulheres brancas, muitas delas vinculadas a teorias do norte global. Reconhecendo a força do feminismo na produção teórica e ação como movimento para o avanço dos temas sexualidade, violência e direitos reprodutivos das mulheres. Questionava que isso não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher, a de caráter racial (Gonzalez, 2020, p. 140). Ao fazer esta afirmação, destaca o papel das feministas negras diante da luta antirracista dentro de movimentos e espaços institucionais, como por exemplo, os partidos de esquerda. Utiliza em sua obra o conceito de “capitalismo patriarcal ou patriarcado capitalista”, com o incremento de “racista dependente”.

Para Lélia o feminismo é a “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada” (Gonzalez, 2020, p.141). Destacava a organização coletiva das mulheres negras e indígenas, as quais ela nomeia de afro-americanas e ameríndias, em torno de problemas relacionados à sobrevivência familiar, estando

⁴ A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena, 1993.

⁵ Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994.

desta forma envolvidas em pautas dos movimentos populares. Denunciava os preconceitos enfrentados pelas “amefricanas” tanto no movimento negro, principal espaço de atuação delas naquela época, como em outros espaços políticos, dentre eles, o movimento de mulheres, sendo os anos 80 o período de organização nacional das mulheres negras.

A organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais também ganhou destaque nos anos 80. De acordo com Andrea Zarzar (2017) há três momentos distintos que marcam estas trabalhadoras: o da redemocratização do país, o do avanço do neoliberalismo nos anos 1990 e no momento atual de avanço do agronegócio (Zarzar, 2017, p. 21).

A primeira fase iniciou-se no final da década de 1970 e se estendeu até o início dos anos 1990; este foi um período marcado pela luta pela redemocratização do país, pela aprovação da nova Constituição Federal, pelas lutas para efetivar os direitos conquistados e pelo surgimento da primeira experiência de movimento em rede nesse campo do movimento de mulheres do país. A segunda fase prolongou-se até o início dos anos 2000 e foi marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação da transnacionalização e intensificação de movimentos em rede como forma de resistência e proposição de novo modelo de agricultura. Segue-se, então, uma terceira fase quando se aprofunda o caráter anti-neoliberal, um momento de reorganização do Estado, de lutas anti-sistêmicas e de proposição de um novo modelo de agricultura agora com maior densidade e a partir do feminismo (Zarzar, 2017, p. 77).

Ela destaca os estudos rurais de gênero e a economia feminista como necessários para revelar as desigualdades vividas pelas trabalhadoras rurais. Os estudos rurais trazem temas centrais como produção-reprodução, agroecologia, bens comuns e cuidado, em grande parte com a contribuição das ciências sociais. A economia feminista busca um novo olhar sobre a economia hegemônica ao considerar o trabalho reprodutivo que em sua maioria é realizado pelas mulheres na sociedade patriarcal, além de defender que a “economia monetária depende da não-monetária”. No caso das mulheres rurais as atividades domésticas e de cuidado são confundidas com atividades produtivas dentro da propriedade familiar que geram menor valor monetário no mercado, como por exemplo, a criação de pequenos animais, típica da agricultura familiar (Zarzar, 2017).

No período recente temas associados ao meio ambiente e aos cuidados ganharam maior visibilidade e outros foram incorporados à agenda internacional, tais como: alimentos e alimentação saudável; relações entre produtores e consumidores; o retorno para o rural; a agrobiodiversidade; a pobreza e a marginalização dos agricultores familiares diante da concorrência com a agricultura de grande escala; a compra de terras em grande escala; e a deterioração dos ecossistemas. (Zarzar, 2017, p. 71).

Nos anos 2000 as mobilizações são quase totalmente substituídas pela institucionalização da participação social em Conselhos e quando aplicável, nos

orçamentos participativos (OP), devido às características do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) buscar maior envolvimento do povo na política institucional. Para Carmem (2016) “o elemento forte de mobilização passa a ser ‘cidadania e participação’ [...] com uma atuação nos espaços institucionais de proposição e monitoramentos de políticas públicas” (Silva, 2016, p. 301).

Para a pesquisadora Flávia Biroli (2018) “Os movimentos de mulheres têm encontrado maneiras de dar visibilidade a suas reivindicações e promover suas pautas recorrendo a campanhas, protestos, marchas e formas de participação nos espaços institucionais não restritos às disputas eleitorais” (Biroli, 2018, p. 174).

As políticas públicas para as mulheres foram reforçadas nos anos 2000 com a nova forma de governo da época que buscava o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, tais como, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) em 2004, seguidas pela II Conferência em 2007, a III Conferência em 2011 e a IV Conferência em 2016, esta última ainda no mandato da Presidenta Dilma, obtendo como resultado os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

A obra “Abre Caminhos-Ventos que Sopram dos Diálogos Interculturais” organizada por Rivane Arantes (2022), reuniu debates realizados entre os anos de 2011 e 2021 com mulheres indígenas e não-indígenas, que estavam organizadas na Articulação de Mulheres Brasileiras-AMB para pensarem o Bem Viver pelo olhar feminista, bem como, mostrou pontos convergentes e divergentes nas lutas delas. Ainda nos governos do Partido dos Trabalhadores, antes do Golpe de 2016, são levantados dados que mostram a invisibilidade da população indígena diante do modelo de “desenvolvimento” adotado pelos Governos (Arantes, 2022):

O impacto negativo disso atinge, ainda que desproporcionalmente, a vida de todas as pessoas, mas vulnerabiliza muito mais a situação das mulheres, principalmente as indígenas e negras, que rapidamente se veem expulsas de seus lugares de moradia e trabalho, de seus territórios ancestrais, se percebem fragilizadas pela morte da natureza, assédio e exploração de seus corpos, além da obrigatoriedade de um trabalho precário e extenuante (Arantes, 2022, p. 27).

Para Carmem (2016) há um realinhamento do movimento feminista a partir do cenário da “Primavera Feminista” vivenciado em 2015 com ações de rua e na internet que resgatam os debates sobre gênero, raça e sexualidade: “Esta difusão fomentou grupos de mulheres jovens de segmentos médios, universitárias e profissionais, mas também grupos jovens de mulheres de classes populares,

residentes nas periferias das capitais” (Silva, 2016, p. 307). Neste sentido, foi possível identificar a movimentação das mulheres de Pernambuco organizadas no FMPE, bem como, as que participaram nacionalmente pela articulação AMB, como será tratado no próximo capítulo.

3 A ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, O FÓRUM DE MULHERES EM PERNAMBUCO E O FÓRUM DE MULHERES DO ARARIPE

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surge num momento em que as conferências das Nações Unidas (ONU) mobilizaram mulheres e movimentos em torno de lutas pelos direitos das mulheres. A AMB foi instituída no ano de 1994, para mobilizar movimentos de mulheres brasileiras para participação na IV Conferência da Mulher em Beijing no ano seguinte.

A AMB é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Lutamos pela democratização radical do Estado brasileiro e da vida social. Estamos organizadas em diferentes estados do Brasil em redes, fóruns, articulações e coletivos de mulheres e atuamos a partir de Coletivas de Luta e com o apoio de uma Coordenação Nacional. A partir de uma construção política horizontal, garantindo a autonomia de cada território, atuamos para intensificar a força política e a voz das mulheres brasileiras no cenário nacional e internacional e para a construção de uma sociedade baseada na igualdade de gênero, raça/etnia e classe, na justiça socioambiental, no respeito aos territórios e modos de vida dos povos indígenas e em que os direitos sociais, a igualdade e a autonomia das mulheres sejam garantidos (AMB, 2023).

As lutas prioritárias da articulação feminista são contra o racismo e as violações de direitos humanos das mulheres indígenas, a democratização do poder, o enfrentamento a violência contra as mulheres, a justiça socioambiental, a legalização do aborto e políticas públicas, trabalho e previdência.

Os seus princípios são: dar espaço para as vozes das mulheres, nas suas diferentes expressões organizativas; reforçar à autonomia e auto-organização das mulheres; garantir a participação da diversidade de mulheres organizadas; analisar os problemas das mulheres através da crítica feminista; aderir às pautas políticas propostas pela AMB gerando consenso na ação; trabalhar de forma permanente a mobilização e a comunicação; e formação política feminista.

De acordo com Schuma Schumacher, a preparação para a conferência da Mulher em Beijing contou com mais de 90 atividades, com aproximadamente quatro mil mulheres, mais de 700 grupos e produziu 22 documentos estaduais com diagnósticos sobre a situação das mulheres e suas propostas de melhoria. Toda essa produção coletiva foi levada para conferência e utilizada na construção da Plataforma de Ação Mundial - PAM, cuja implantação foi acompanhada nos territórios pela AMB nos 5 anos seguintes. Em 2001, a articulação participou da

Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância em Durban (Schumacher, 2019, p. 19).

Em Beijing + 5⁶, a AMB apresentou um relatório sobre a situação do Brasil em relação à PAM, sendo inspirado na troca de saberes do Encontro Nacional da AMB de 1999, em Natal/RN. Em 2002 articulou o movimento feminista para realizar a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras buscando elaborar a Plataforma Política Feminista. Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em 2003, aconteceu a I Conferência Nacional da Mulher, seguida por mais 3 conferências até 2016. Em 2004 a AMB iniciou o documento “Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas (2009)”, baseado na Plataforma Política Feminista, servindo para a preparação dos agrupamentos estaduais em conferências que aconteciam no período.

Durante a sua história realizou alguns encontros nacionais da própria articulação, sendo alguns deles nomeados de “Enambes”. O I Encontro Nacional da AMB - Enamb 2006 trouxe o tema “transformando o mundo pelo feminismo”, muito utilizado por suas integrantes. O II Enamb 2011, além das atividades formativas, negritou a estética da AMB com suas cores vibrantes, bem como, as formas de ativismo de vários agrupamentos do país.

Esta articulação tem sua própria metodologia para o monitoramento e incidência nas políticas públicas, pensada a partir do seminário “O Desafio Feminista de Monitorar a Cidadania das Mulheres”. Um dos exemplos práticos adotados pelos agrupamentos foi a mobilização diante do projeto de lei 4559/04 que criou a Lei Maria da Penha - 11340/06.

Um destes agrupamentos era o Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE, criado no mesmo ano da constituição cidadã de 1988, após um período de lutas populares pela redemocratização do país que enfrentou um fechamento do regime político durante a ditadura militar em vários países da América Latina nos anos 60. É um movimento social autônomo, antipatriarcal, anticapitalista e antirracista formado por mulheres diversas: cis, trans, travestis, negras, brancas, indígenas, quilombolas, rurais, urbanas, periféricas, sem teto, sem-terra, deficientes, jovens, idosas, lésbicas, bissexuais, dentre outras.

⁶ Revisão quinquenal da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Pequim + 5) realizada na Assembleia Geral da ONU, realizada de 5 a 9 de junho de 2000.

Durante a sua história houve a formação de coletivos regionais, hoje divididos em Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata Sul, Agreste, Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe. Cada agrupamento do Fórum tem autonomia e mantém a identidade com a Articulação de Mulheres Brasileiras-AMB. No Sertão do Araripe o Fórum foi nomeado pelas suas primeiras integrantes como Fórum de Mulheres do Araripe - FMA, diferente dos demais que se mantêm como Fórum de Mulheres de Pernambuco acrescido da região que integra.

A auto organização acontece através de comissões, sendo que as permanentes dão andamento às atividades de rotina, e as temporárias nomeadas de “comissinhas” criadas para ações específicas. Há também a composição de coletivas de lutas, hoje divididas em saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; antirracista; justiça socioambiental; enfrentamento à violência contra as mulheres; e democratização da comunicação. Juntas buscam impulsionar estes debates nos territórios. Existem 12 coordenadoras estaduais escolhidas por região: 04 na RMR e 02 por cada região do Estado para darem andamento a questões organizativas e não deliberativas. A cada dois anos é pensada a realização de um “Encontrão”, evento que reúne cerca de 250 a 300 mulheres do Fórum para fortalecer a construção feminista. Pelo porte, exige uma mobilização maior de recursos junto a parcerias e projetos de financiamento. E a cada dois anos, em revezamento com o anterior, acontece o “Encontrinho”, restrito às coordenações e algumas representantes das regionais, tem o papel de tomada de decisão sobre os caminhos do coletivo, porém com discussões coletivas realizadas previamente ao evento com as integrantes locais.

Atualmente possui representações na Campanha Nacional contra o Femicídio⁷, na Articulação Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Pernambuco, na Frente Ampla pela Renda Básica⁸, na Marcha das Margaridas⁹, na Articulação em torno da Catástrofe das Chuvas, no Comitê Justiça por Miguel¹⁰, na Frente Pernambuco pela Legalização do Aborto¹¹, dentre outras. Durante a pandemia surgiu a rede de solidariedade feminista do FMPE buscando o

⁷ [Comissão divulga “Nem pense em me matar”, campanha nacional contra o feminicídio - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

⁸ [Frente Ampla pela Renda Básica PE realiza ato político com candidatos e candidatas ao governo de Pernambuco para firmar compromisso com a criação da política de transferência de renda no Estado](#)

⁹ [CONTAG](#)

¹⁰ [Mobilização Nacional Justiça Por Miguel – SOS Corpo](#)

¹¹ [frente nacional pela legalização do aborto – SOS Corpo](#)

cuidado mútuo entre integrantes em momentos críticos, como durante as tragédias das chuvas na RMR.

A batucada feminista do Fórum é uma expressão de ativismo com paródias e palavras de desordem¹², traz sons, cores e alegria para a luta. É parte da estética feminista do movimento performances, poesias e escrachos. O grupo Loucas de Pedra Lilás chamava atenção nos atos com a forma irreverente de tratar temas menos populares, como a legalização do aborto. As vigílias com velas e cartazes expostos em vias públicas, continuam causando impacto na denúncia contra feminicídios e violência contra as mulheres. No Sertão do Araripe tem o programa de rádio Mulheres do Sertão apresentando as pautas com o olhar feminista, músicas cantadas só por mulheres, poesias e participações de mulheres do movimento e parceiros, por um meio de comunicação de massa de grande audiência na zona rural, além da transmissão pela internet¹³.

O Fórum de Mulheres do Araripe foi criado em março de 2002, integrado ao Fórum de mulheres de Pernambuco (FMPE) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), atua nos municípios no Sertão do Araripe através de mulheres diversas das zonas rural e urbana, buscando fortalecer as suas pautas no território, a partir da atuação política feminista. No próximo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa com algumas de suas integrantes.

O Grupo de Mulheres Jurema foi fundado em 15 de dezembro de 2003, é uma organização feminista com sede em Ouricuri. A história deste grupo confunde-se com a criação do FMA, do qual suas integrantes fazem parte. O Jurema também faz parte da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, além de realizar parcerias para a realização de ações com as ONGs SOS Corpo, CAATINGA¹⁴, Centro Nordestino de Medicina Popular, Chapada e o diálogo com gestores municipais em especial, através das conferências. Hoje com 16 mulheres, realizam atividades voluntárias no grupo, tais como, realização de programas de rádios,

¹² Palavras de desordem para o FMPE significam gritos de insubordinação, agitação e revolta contra as opressões do sistema capitalista, racista e patriarcal, gritadas em atos de rua, falas públicas e materiais de divulgação.

¹³ <https://www.voluntariosfm.com.br/>

¹⁴ CAATINGA– Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas– é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve ações para a promoção e o fortalecimento da agricultura familiar, e para a garantia dos direitos da população do Semiárido brasileiro. Nossa ação é orientada pela Agroecologia, na perspectiva da convivência com o Semiárido e da Educação Contextualizada. <https://caatinga.org.br/sobre/>

produção e distribuição de material educativo, seminários, palestras, participação em audiências públicas, atos e vigílias contra a violência às mulheres.

Após resgatar o histórico de criação e atuação do movimento enquanto AM e FMPE, o próximo capítulo apresenta algumas características da região do Sertão do Araripe que contextualiza a vida das mulheres e seus desafios cotidianos, e em seguida, os resultados da pesquisa sobre a mulheres do Fórum e a forma de atuação desde 2002.

4 MULHERES DE LUTA NO SERTÃO DO ARARIPE

4.1 Sertão do Araripe

O Sertão do Araripe é composto pelos seguintes municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade, totalizando uma área de 11.547,9 km². A região possui uma população estimada de 333.135 habitantes (2021)¹⁵, sendo a maior parte na zona rural.

De acordo com o Banco de Dados do Estado¹⁶, a tipologia climática dessa região é tropical quente e seca (Semiárido), tendo como bioma típico a Caatinga que é um ecossistema protegido pelo decreto federal de 04 de agosto de 1997. A Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe envolve os municípios de Araripina, Bodocó, Exu, Ipubi e Trindade em Pernambuco, além de outros nos estados do Ceará e Piauí. Em 2020 possuía 1,8% do Produto Interno Bruto- PIB de Pernambuco¹⁷, ocupando a nona posição dentre as doze do estado, o que equivale a R\$ 3,480 bilhões, distribuídos nos setores da Agropecuária (10,30%), Indústria (12,44%) e Serviços (77,26%).

O Mapa de Empresas¹⁸ (2023) mostra que os 10 municípios da região somam 11.394 empresas registradas. É uma área conhecida pela extração e processamento de gipsita, concentrada em Trindade, Araripina, Bodocó, Ipubi e Ouricuri, juntas totalizam 90% do volume nacional, de acordo com a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco- ADEPE (2019).

O Diagnóstico Florestal do Sertão do Araripe¹⁹ (2007) traz informações da grande pressão humana sobre os recursos naturais, especialmente os florestais da região, seja pela indústria do gesso, seja pela produção de cerâmica e tijolos, padarias, indústria do doce, queijo, casas de farinha, matadouros, churrasarias, bares e restaurantes, e em menor escala, o consumo doméstico (UNESCO, 2007).

¹⁵ IBGE- dados preliminares de 2023.

¹⁶ BDE- Base de Dados do Estado de Pernambuco. Elaboração: Agência CONDEPE/FIDEM.

¹⁷ Produto Interno Bruto dos Municípios de Pernambuco- 2020. Condepe Fidem.

¹⁸ Mapa de Empresas- GOV.BR

¹⁹ UNESCO

A agroecologia começa a se desenvolver nesta região a partir dos anos 80 e vem mudando padrões juntamente a leis, políticas públicas, projetos de desenvolvimento econômico, da organização social e da emergência da agroecologia (ANA, 2017). Neste período surgem no território o Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri- CTA que origina a ONG Caatinga de Ouricuri.

Com uma população rural de aproximadamente 163.187 pessoas, pouco mais de 51%, conta com 28.143 estabelecimentos agrícolas, sendo que cerca de 98% desses são considerados da agricultura familiar, segundo dados do IBGE. Logo, parte das demandas sociais surgem da zona rural, com a intensificação da participação popular a partir dos anos 2000: “lutas pelo acesso à terra, a políticas públicas de permanência na terra, enfrentamento à desigualdade de gênero e pelo o bem viver no território por meio da agroecologia e de convivência com o semiárido brasileiro” (ANA, 2017).

O surgimento de movimentos sociais no território e a construção de espaços de discussão se ampliam nas décadas seguintes (MST, MPA, Fórum das Mulheres, Articulação do Semiárido, Rede de Ater Nordeste, associações municipais apicultura, ovinocultura, caprinocultura, grupos de mulheres), com maior participação política dos jovens e mulheres, e com o estreitamento do diálogo entre organizações e movimentos sociais. (ANA, 2017).

O cenário de lutas das mulheres rurais e urbanas do Sertão do Araripe ocorre diante de dados problemáticos para o bem viver na região. Analisando informações preliminares do IBGE 2020 sobre mortalidade infantil, Santa Filomena traz uma taxa de 29,59% por mil nascidos vivos, ano da fase mais crítica da pandemia da Covid-19. Ao mesmo tempo, Moreilândia não tem este registro no site do IBGE. Santa Cruz é o município da região com a menor taxa registrada pelo órgão naquele ano, sendo 9,39% por mil nascidos vivos. O Datasus²⁰ apresenta números maiores que os do IBGE em relação à mortalidade infantil, pois nele constam também os óbitos fetais vinculados num mesmo indicador, além de incluir o município de Parnamirim do Sertão Central que faz parte da cobertura da IX Gerência Regional de Saúde- Geres.

A mortalidade materna é outro agravante para as mulheres da região, com dados preliminares do painel de monitoramento do Datasus²¹, que também inclui o município de Parnamirim nesta contagem, informou 03 casos de mulheres mortas por essa causa em 2022. Em relação à natalidade, foram registrados

²⁰ Datasus- Painel de monitoramento de mortalidade infantil e fetal

²¹ Datasus- Painel de monitoramento da mortalidade materna

preliminarmente 5.205 nascidos vivos, destes 2.962 foram partos cesáreos. A cidade de Ouricuri conta com a única maternidade Mãe Coruja da região e Araripina com o Hospital e Maternidade Santa Maria, ambos com a gestão da Organização Social de Saúde Medianeiras da Paz²², as duas maternidades agregam os maiores números de nascimentos da região devido a estrutura em relação aos hospitais municipais das outras cidades. Não foram localizados dados sobre partos domiciliares.

A questão da violência contra as mulheres também é parte do cenário social da região. Dados da Secretaria de Defesa Social²³ mostram que no ano de 2021 o estado de Pernambuco contabilizou 86 crimes de feminicídio, aumento de 12,79% em relação ao ano anterior quando ocorreram 75 casos do tipo.

De acordo com o relatório Estatísticas da Criminalidade em Pernambuco de 2021, no sertão do Araripe ocorreram 4 feminicídios em 2020, destes 2 no município de Araripina, 1 em Bodocó e 1 em Ipubi. Já no ano de 2022 foram 6 feminicídios, 1 em Araripina, 1 em Exu, 1 em Ipubi, 1 em Moreilândia, 1 em Ouricuri e 1 em Santa Filomena.

Na análise dos dados de 2020 e 2021 relativos a estupro e violência doméstica e familiar, houveram mais denúncias em Araripina e Ouricuri, conforme a tabela seguinte:

Tabela 1 - Vítimas de estupro e mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, região de desenvolvimento Sertão do Araripe e Estado de Pernambuco - 2020-2021

Localidade	Estupros		Violência Doméstica e familiar	
	2020	2021	2020	2021
Araripina	22	25	362	398
Bodocó	6	7	134	125
Exu	6	7	148	176
Granito	5	2	21	7
Ipubi	9	12	94	105
Moreilândia	3	4	70	70
Ouricuri	15	19	214	256

²² Organização Social de Saúde que administra hospitais através de contrato de gestão com o governo do Estado de Pernambuco

²³ Portal G1 Pernambuco em 14 de abril de 2022.

Santa Cruz	1	4	26	49
Santa Filomena	1	1	33	26
Trindade	4	9	135	181
Sertão do Araripe	72	90	1237	1393
Pernambuco	2560	2418	41615	40964

Fonte: Portal da SDS/GACE - Painel de Indicadores Criminais. Elaboração: Agência CONDEPE/FIDEM (2023).

Em 2022 o Fórum de Mulheres de Pernambuco lançou o Dossiê Violência contra as Mulheres em Pernambuco²⁴ em resposta ao aumento da violência contra as mulheres num cenário de desmonte das políticas públicas para as mulheres, agravado pelo período pandêmico. A sua produção é parte de uma estratégia política de produção de conhecimento baseada em metodologias feministas, dando embasamento empírico sobre pautas para o fortalecimento das lutas. O documento traz o resultado do monitoramento dos serviços pelas próprias mulheres do FMPE, buscando pressionar o poder público para a retomada e ampliação de direitos e rede de apoio que já não estava boa e teve uma piora significativa com a chegada da pandemia de Covid-19 (Dossiê, 2022).

Ao apresentar dados do Atlas da Violência (IPEA 2021), o dossiê mostra que Pernambuco estava acima da média nacional em 2019, com 209 mulheres mortas, correspondendo à 4,3 mulheres assassinadas por 100 mil mulheres. Além disso, a grande maioria dos assassinatos ocorrem contra as mulheres negras (78%), como acontece em todo o país. Em 2022 a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) denunciou o aumento de assassinatos de mulheres trans e travestis. Os serviços de acolhimento e proteção às mulheres são insuficientes, principalmente no interior do Estado e em zonas de difícil acesso, como as rurais (Dossiê, 2022).

4.2 A Pesquisa com o Fórum de Mulheres do Araripe – FMA

A pesquisa aplicada com as integrantes do Fórum de Mulheres no Araripe (FMA) foi realizada no período de 10 à 14 de março de 2023, direcionada às

²⁴ Dossiê do FMPE realizado juntamente com a Articulação Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado de Pernambuco em 2022

mulheres inseridas no grupo de whatsapp denominado “Fórum de Mulheres do Araripe- FMA 2018” que possui 57 participantes com acesso a smartphone e internet, cuja finalidade é trocar informações pertinentes a reuniões, eventos e programas de rádio realizados pelas integrantes, bem como, mobilizar as participantes para as reuniões bimestrais realizadas em Ouricuri, local central para a locomoção das mulheres dos municípios vizinhos, além da cessão do espaço físico pela parceira a ONG Caatinga.

O instrumento utilizado foi um questionário online, aplicado através do Google formulário, entendendo que todas as participantes conseguiriam acessar através do link enviado em 10 de março de 2023, com um vídeo de 1 minuto e um breve texto explicando quem é a pesquisadora, o motivo da pesquisa ser o trabalho de conclusão de curso de ciências sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, com a orientação da Professora Júlia Benzaquen na temática movimentos sociais. Houve também a explicação sobre o uso dos dados ficarem restritos ao TCC e ao próprio agrupamento FMA, com apresentação posterior às interessadas em conhecer o resultado. O principal meio de comunicação adotado para aplicação da pesquisa foi o aplicativo de mensagens whatsapp, seja por texto, áudio ou vídeo.

Das 57 integrantes do grupo de whatsapp, no qual estou inserida, foram coletadas 22 respostas através do link e 01 resposta por conversa pelo whatsapp por dificuldade de acesso ao questionário através do link. Houve mais de um pedido de ajuda desta natureza, inclusive uma participante que também agendou a resposta do formulário por mensagens para o domingo 12 de março de 2023, mas não o fez devido à ocorrência da morte de uma mulher ao lado do companheiro no dia anterior (informação pessoal)²⁵. Este episódio provocou a comoção no grupo, como geralmente acontece diante de casos de violência contra as mulheres e feminicídios da região ou não, porém o fato de ser da região traz uma aproximação a realidade das mulheres, inclusive de parentesco como foi o caso relatado. Na semana anterior aconteceu um feminicídio em Juazeiro do Norte, cidade cearense próxima a região, com repercussão nacional por se tratar da líder da Câmara de Vereadores²⁶.

²⁵ Informação dada por whatsapp por uma parente da vítima no grupo “FMA- 2018” em 11 de março de 2023.

²⁶ Yanny Brena e namorado morreram por asfixia e Polícia considera feminicídio seguido de suicídio.

Durante o período de aplicação da pesquisa foram enviadas 24 mensagens individuais para as integrantes do grupo que não tinham respondido até o dia 11 de março, buscando dar apoio a dificuldades operacionais com o link, mas destas apenas 4 responderam após o contato, conforme consta na data e horário de coleta do Google formulário. Então foi possível coletar respostas equivalentes a 40% das integrantes do grupo “FMA-2018” durante a pesquisa.

4.3 As Mulheres do FMA - Quem Somos

Considerando a aplicação da pesquisa e o número de respostas alcançadas com as integrantes do grupo “FMA- 2018”, podemos hoje retratar o Fórum de Mulheres do Araripe conforme os dados a seguir.

As participantes da pesquisa possuem idades entre 18 e 65 anos, sendo apenas 01 participante na faixa de 18 a 29 anos, equivalente a (4,5%); 06 participantes de 30 a 40 anos, (27,3%); 06 participantes entre 50 e 65 anos, (27,3%); e a maioria, 43,5% com idades entre 40 e 50 anos, totalizando 10 mulheres. Houve baixa adesão das jovens para responder a pesquisa, assim como, nenhuma resposta de mulher acima de 65 anos.

Diante disto, pode-se entender que as companheiras com mais de 65 anos não estão no grupo de whatsapp e/ou estão afastadas das ações por diversas razões. Em relação às jovens pode-se entender que o grupo de mensagens não é atrativo ao ponto de gerar engajamento com opiniões neste espaço virtual. O agrupamento reconhece a necessidade de renovação geracional, tendo realizado o projeto Tecendo Redes Feministas²⁷ para este público em 2019. Existe uma parceria²⁸ que promove há alguns anos as “Viradas Culturais pelo fim da violência contra as mulheres”, realizadas com jovens do ensino médio de algumas escolas da região, fomentando o debate com oficinas de grafiteagem, poesia, música, dança, dentre outras.

Redes Feministas para este público em 2019. Existe uma parceria que promove há alguns anos as Viradas Culturais pelo fim da violência contra as mulheres, realizadas com jovens do ensino médio de algumas escolas da região,

²⁷ Realizado em parceria com SOS Corpo e Universidade Livre Feminista.

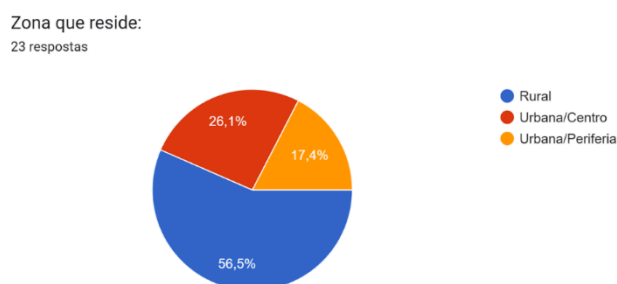
²⁸ Santa Filomena e Santa Cruz, porém neste último já era esperado, pois não tem integrante no grupo whatsapp, mesmo o FMA atuando no município.

fomentando o debate com oficinas de grafiteagem, poesia, música, dança, dentre outras.

Buscando conhecer quais as zonas e municípios das participantes desta pesquisa, há uma predominância das mulheres rurais: 13 mulheres (56,5%), refletindo o envolvimento das mulheres do campo nas mobilizações sociais. Na zona urbana temos 04 mulheres (17,4%) em áreas periféricas e 06 mulheres (26,1%) em áreas centrais. A distribuição de municípios ficou a seguinte: 02 participantes de Araripina (9%), 02 participantes de Exu (9%), 03 participantes de Granito (13%), 01 participante de Ipubi (4%), 02 participantes de Trindade (9%), 12 participantes de Ouricuri (52%) e ainda 01 participante de Parnamirim (4%), município do Sertão Central. Não houve respostas de integrantes dos municípios de Bodocó, Moreilândia, Santa Filomena e Santa Cruz, porém neste último já era esperado, pois não tem integrante no grupo whatsapp, mesmo o FMA atuando no município.

Não houve respostas de integrantes dos municípios de Bodocó, Moreilândia, Santa Filomena e Santa Cruz, porém neste último não tem nenhuma integrante no grupo de whatsapp, mesmo o FMA atuando no município.

Gráfico 1 – Mulheres Rurais e Urbanas



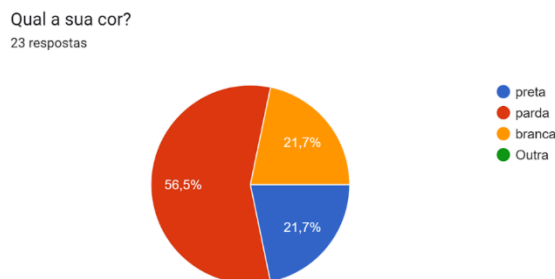
Fonte: Autora, 2023.

Em relação à identificação racial registramos a maioria de mulheres negras, sendo 13 pardas (56,5 %), 05 pretas (21,7%) e 05 brancas (21,7%). Importante registrar que parte das mulheres do FMA participaram do Seminário Regional Racismos e Violência- Enegrecendo o Feminismo no Sertão do Araripe²⁹, realizado nos dias 10 e 11 de março, mesmo período desta pesquisa, repercutindo de forma

²⁹ Seminário Regional Racismos e Violência-Enegrecendo o Feminismo no Sertão do Araripe. Dias 10 e 11 de março de 2023, em Ouricuri. Realização Grupo de Mulheres Jurema, Centro Nordestino de Medicina Popular- CNMP. Apoio Fórum de Mulheres do Araripe e Fórum de Mulheres de PE.

positiva para a temática antirracista na região, ainda em execução com a realização de rodas de diálogos nos territórios.

Gráfico 2 – Identidade Racial



Fonte: Autora, 2023.

Na questão da sexualidade temos 21 (90,9%) que se entendem como heterossexuais, 01 como lésbica e 01 como assexual, ambas totalizando 9%. Pela baixa presença de lésbicas e bissexuais participantes da pesquisa e do coletivo, a pauta é pouco abordada de forma individual nas reuniões bimestrais, mas é sempre levantada enquanto pauta coletiva contra a lesbofobia, transfobia e transfeminicídio. Neste ponto faltou ampliar o entendimento sobre como lidam com esta questão, além do apenas como se identificam.

É oportuno registrar que nesta região já aconteceram duas Paradas da Diversidade, a última foi em 2014 em Ouricuri, organizada pelo Grupo de Apoio e Defesa dos Homossexuais do Araripe (GADHA-LGTB). Porém, não há aproximação deste movimento com o Feminista até o momento. Nas eleições municipais de 2020, o FMA apoiou a candidatura da Coletiva Elas³⁰ em Ouricuri, composta por 03 integrantes do movimento, com a proposta da agroecologia e feminismo, incluindo os direitos da população LGBTQIA+³¹.

Refletindo a ausência de mulheres trans e travestis, a questão de gênero traz 100% das mulheres cisgênero, inclusive não há registro da participação de mulheres trans ou travestis neste agrupamento desde a sua criação. O contexto local segue a estigmatização desta população, sendo comum a migração³² para regiões metropolitanas ou municípios maiores, como o caso de Brenda Lee de Bodocó, que vivia em São Paulo.

³⁰ Corte Eleitoral fixa entendimento sobre nome que faz referência a candidatura coletiva.

³¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

³² Transexual pernambucana é homenageada pelo Google no Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Em relação ao estado civil temos: 12 mulheres (52,2%) casadas ou em união estável, 09 solteiras (40,9%) e totalizando 9% temos 01 viúva e 01 em situação denominada outra. Aqui faltou completar o entendimento sobre as relações de poder dentro dos relacionamentos heterossexuais vivenciados pelas participantes, tais como, a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidado, a gestão financeira dos rendimentos, acesso a crédito rural ou tipos de violências vivenciadas. Em relação às solteiras, não ficou visível se eram separadas ou escolheram esta condição para as suas vidas.

A religião traz a maioria cristãs católicas, 18 (78,3%), 01 cristã evangélica (4,3%), 01 segue religião ligada aos povos originários (4,3%) e 03 participantes não seguem nenhuma religião (13%). Aqui chama a atenção o fato da maioria se auto denominarem negras e nenhuma se identificarem com religiões de matriz afro-brasileira, inclusive não é possível identificar nenhum terreiro no município de Ouricuri, por exemplo.

A maioria das integrantes são cristãs católicas como reflexo da forte atuação destas igrejas na região, desde a colonização e povoamento do território. Em Ouricuri há duas paróquias na zona urbana: São Sebastião e Nossa Senhora do Carmo, complementando com as igrejas Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio, São Francisco e a capela de São Braz. É comum na cidade a figura da mulher beata, pessoas rezando o terço e escutando a Ave Maria às 18h pelo rádio. Essa dinâmica promove uma movimentação de turismo religioso nas cidades em vários períodos do ano.

A partir dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, pode-se imaginar a influência do movimento eclesial de base, pastoral da terra e da juventude ligados à Igreja Católica, em sua ala progressista, com a aproximação dos movimentos rurais, da juventude e conseqüentemente de mulheres, mesmo feministas. Em Ouricuri, nas novenas de São Sebastião, há um dia dedicado aos movimentos sociais, quando convidam o FMA para participar da celebração.

Porém, há uma forte presença de igrejas cristãs evangélicas nos municípios, em suas diversas denominações, sejam as mais tradicionais ou não, nas zonas urbana e rural. Entende-se que a baixa participação de cristãs evangélicas no Fórum sinaliza a predominância do conservadorismo nos espaços evangélicos, amplamente praticado na eleição presidencial de 2022, com a amplificação do pânico moral e antifeminismo do governo da extrema direita.

Gráfico 3 – Religiosidade

Você é religiosa? Se sim, qual religião pratica?

23 respostas



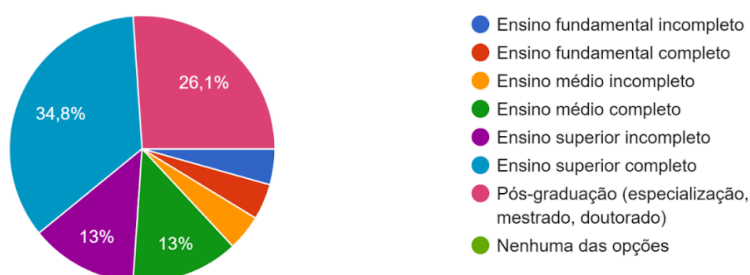
Fonte: Autora, 2023.

A escolaridade é diversa, mas destaca-se o fato da maioria das participantes possuírem o nível superior completo, totalizando 08 mulheres (34,8%); 06 mulheres (26,1%) com pós-graduação; 03 mulheres (13%) com nível superior incompleto; 03 mulheres (13%) com ensino médio completo; e apenas 03 (13%) totalizam mulheres com ensino fundamental incompleto e completo e o ensino médio incompleto. A proposta de realizar uma pesquisa de forma online com acesso à internet, smartphones, tablets ou computadores como condição necessária para o envio das respostas, pressupõe que não alcançaria mulheres sem acesso a estas tecnologias, seja por condição financeira, geracional ou de escolaridade. Ao mesmo tempo esperava-se maior participação das jovens até 18 anos que cursam até o ensino médio.

Gráfico 4 – Escolaridade

Qual a sua escolaridade?

23 respostas



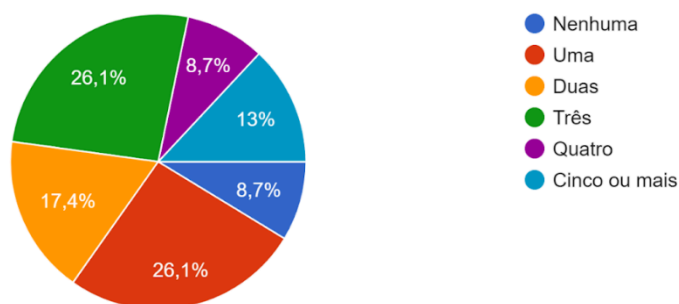
Fonte: Autora, 2023.

Buscando entender o trabalho produtivo das mulheres, surgiram as seguintes atividades: agricultoras, funcionárias públicas nas funções de agentes comunitárias de saúde, técnica de enfermagem e na educação infantil. As trabalhadoras CLT, ou seja, com carteira de trabalho assinada, estão em ONGs e apenas 01 participante na iniciativa privada, desenvolvendo atividades de comunicação, sustentabilidade e assistência técnica de campo. É notável a baixa participação de trabalhadoras urbanas no FMA, a exemplo de Ouricuri que envolve o maior comércio da região, com o horário de funcionamento das 8h às 18h. Há mulheres integrantes dos Sindicatos das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e 01 trabalhadora do setor de estética informal. Das 23 participantes, 02 tem mais de uma ocupação formal, além das atividades reprodutivas e de cuidado que realizam nos seus lares. Aqui fica o registro que o surgimento do FMA está totalmente relacionado às agentes comunitárias de saúde (ACS) do município de Ouricuri, quando elas participaram de uma formação sobre direitos sexuais e reprodutivos realizada pela ONG SOS Corpo em 2000.

Gráfico 5 – Perfil da Residência

Quantas pessoas moram com você?

23 respostas



Fonte: Autora, 2023.

Em relação às condições de moradia temos 02 mulheres (8,7%) residindo sozinhas, 06 mulheres (26,1%) residindo com outra pessoa, 04 mulheres (17,4%) residindo com mais duas pessoas, 06 mulheres (26,1%) residindo com três pessoas, 02 mulheres (8,7%) residindo com quatro pessoas e apenas 03 mulheres (13%) residindo com cinco pessoas ou mais na mesma residência. Neste item faltou ampliar o entendimento sobre a propriedade ser própria, alugada ou de familiares, bem como as condições da habitação, como por exemplo, acesso a água de beber,

cisternas, número de dormitórios, dentre outros. A partir daí seria possível entender a ausência de um movimento por moradia, como já acontece pela terra e pela agroecologia.

Sobre a atividade de cuidados com crianças, idosos e enfermos, registramos 12 mulheres sem esta obrigação e 11 mulheres que realizam cuidados contínuos de bebês, crianças ou idosos. Esta questão poderia ter seguido a pergunta relacionada ao estado civil, tentando entender o papel dos homens da região com o trabalho de cuidado. Outro ponto relacionado, mas não questionado foi a maternidade. Quantas mulheres do FMA seriam mães e em quais condições.

Em relação ao que fazem nas horas livres ou de lazer apareceram as seguintes respostas: estudar, ler, ver televisão ou filmes, escutar música, acompanhar as redes sociais; atividades físicas como academia, caminhada, handebol e futebol; ir a festas, igreja, dançar, sair com amigos e família, visitar amigos, passear e participar de rodas de conversa; dar aulas na igreja, brincar com netos, ficar com a família; cuidar de plantas, banhos de bica; ficar deitada, dormir, tentar se encontrar, não tem atividade no tempo livre. Faltou entender o tempo dedicado ao descanso e ao lazer das mulheres, buscando comparar com a média nacional, pois geralmente são muitas horas dedicadas aos trabalhos produtivo e reprodutivo.

Houve uma predominância de mulheres que participam do Fórum entre 2 e 10 anos: sendo apenas uma (4,3%) está no agrupamento a menos de 1 ano, 03 mulheres (13%) estão participando entre 1 e 2 anos, 07 mulheres (30,4%) estão participando entre 2 e 5 anos, 07 mulheres (30,4%) estão participando entre 5 e 10 anos e 05 mulheres (21,7%) entre 10 e 20 anos de atuação.

Além do Fórum, as mulheres também participam de outros coletivos, tais como, Grupo de Mulheres Jurema³³ com 06 integrantes, destas, uma participa de associação de classe e outra de conselho municipal; 01 integrante participa dos Amigos do Bem³⁴ 08 participam de associações de mulheres ou e do Grupo de Mães Unidas por Amor- MUPA³⁵; 08 participam de associações de mulheres ou mistas; 05 mulheres estão no movimento sindical de trabalhadoras rurais; 02 mulheres participam de atividades em igrejas e 01 integra cooperativa; Das 23 participantes da

³³ Grupo de Mulheres Feministas em Ouricuri/PE.

³⁴ ONG que atua no Nordeste Brasileiro.

³⁵ Grupo de mães que luta e busca por acessibilidade, inclusão, igualdade/equidade, direitos e respeito para seus filhos com deficiência

pesquisa, apenas 03 mulheres estão organizadas só no espaço do Fórum. Desta forma percebemos a intersecção das lutas realizadas em espaços diversos e em rede. Nesta pergunta faltou incluir a participação nos partidos políticos, considerando a candidatura da Coletiva Ela pelo PSOL em 2020.

4.4 As Mulheres do FMA - O Que Pensamos

A segunda parte da pesquisa, com o objetivo de entender o fazer coletivo do FMA, o que motiva a participação no movimento, tem a maioria ligada à luta pela igualdade, direitos das mulheres e feminismo, citados por 11 integrantes. Outros motivos apresentados foram a curiosidade, convite para conhecer o movimento, representação de outro coletivo dentro do FMA, o cuidado entre as integrantes, autoconhecimento, troca de saberes e ter sofrido violência doméstica.

As pautas que elas identificaram como prioritárias para a região são alinhadas as lutas estaduais e nacionais, mas refletindo a realidade local: violência contra a mulher, racismo, saúde da mulher, implantação da Delegacia da Mulher na região, legalização do aborto, violência obstétrica, gravidez precoce, igualdade de gênero, feminicídio, justiça socioambiental, divisão justa do trabalho doméstico, participação política das mulheres, combate à violência infantil e contra pessoas idosas. A pauta da agroecologia não apareceu, mesmo sendo relacionada a pauta feminista: “Sem feminismo não há agroecologia”³⁶

Destaca-se a luta pela implantação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, pois é uma das primeiras pautas motivadoras da criação do FMA. O que destoa de algumas localidades mais visibilizadas, mas ao mesmo tempo é comum diante da falta de prioridade ao combate à violência contra as mulheres. A última DEAM inaugurada no Estado foi em Palmares³⁷, após as de Arcoverde, Salgueiro e Olinda, em 2022, período pré-eleitoral e sem diálogo com o movimento feminista.

As passeatas, as denúncias públicas, e os grupos de atendimentos acabaram impulsionando a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. A primeira foi implementada

³⁶ Durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em Belo Horizonte/MG, em 2018, o Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA (GT Mulheres) elaborou o boletim “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”, que lança um olhar sobre o papel da mulher na construção da agroecologia, o contexto e os desafios por elas enfrentados bem como a luta e a resistência das mulheres nos territórios.

³⁷ Inauguração de DEAM em Palmares: Pernambuco ganha mais uma Delegacia da Mulher

em São Paulo, em 1985, e em pouco mais de 15 anos contabilizava-se mais de 300 delegacias em todo o Brasil. (Shumaker, 2019).

Para as mulheres, as ações mais significativas já realizadas pelo FMA na região foram: os atos de rua, com destaque para todas as mobilizações do 08 de março³⁸, dentre eles, o de 2017 em que houve fechamento da BR 316³⁹. A Greve Geral⁴⁰ de junho de 2017, com a queima de pneus e o fechamento da PE 12242. O encontro na Lagoa do Urubu, sede rural da ONG Caatinga, teve como culminância a finalização do projeto Ciranda das Mulheres, realizado entre 2017 e 2018. O evento teve o autocuidado e cuidado entre as ativistas como princípio para o fortalecimento do feminismo no território.

As vigílias do Fórum, panfletagem, seminários e palestras sobre violência contra as mulheres que ampliam o debate, assim como, o Programa de rádio Mulheres do Sertão⁴¹. Importante ressaltar que as mulheres do Fórum estiveram presentes na construção de mobilizações políticas desde a sua criação, mas intensificadas contra o impeachment de Dilma em 2016, o Fora Temer, contra as reformas trabalhista e da previdência, teto dos gastos e eleições que vivenciamos nos últimos anos.

Fazer parte do movimento feminista trouxe mudanças significativas para as suas vidas, conforme elencaram como as mais significativas: identidade como sujeitas de transformação; senso crítico a partir do olhar feminista; empoderada; entender a sociedade como capitalista, racista, patriarcal e fundamentalista e entender o ser mulher dentro dela; reconhecer-se como mulher negra e feminista; conhecer os tipos de violência e não se calar diante delas; conhecer os direitos humanos das mulheres; sair de relacionamentos abusivos; respeitar as diferenças e aceitar os direitos da população LGBTQIA+; criação de um grupo de mulheres em sua comunidade. A seguir, algumas das respostas enviadas:

“Com certeza, principalmente em relação ao movimento feminista, pois ouvia falar de muitos pontos negativos que dentro do movimento percebi que são uma visão distorcida e de pessoas de fora, que perpetuam informações errôneas” (Participante, 2023).

“o meu olhar para o mundo como sujeita de transformação me abriu possibilidades, despertou senso crítico, política de ser mulher nessa

³⁸ 08 de março de 2017- ASA Pernambuco: Mulheres do Araripe param no 8 de Março

³⁹ Rodovia federal que cruza Pernambuco, saída de Ouricuri para Trindade e Parnamirim.

⁴⁰ Greve Geral 2017- ASA Pernambuco: 01/06/2017

⁴¹ O Programa Mulheres do Sertão faz parte do Projeto Caminhando Contra a Violência às Mulheres do Araripe, realizado pelo Centro Nordestino de Medicina Popular- CNMP em parceria com o FMA, Grupo de Mulheres Jurema e Articulação no Semiárido Brasileiro- ASA, com apoio da ONG Alemã Brot für die Welt (Pão para o Mundo) - Brot.

sociedade fundamentalista, patriarcal e misógina, me fez não só reconhecer como mulher, mas também mulher negra, e tem sido subsídio para meu trabalho e vida sem dúvida” (Participante, 2023).

“coragem de se libertar pq vivi [...] em um relacionamento que eu não sabia se realmente era bom pra mim” (Participante, 2023).

“chegar no FMA me ajudou a entender e refletir sobre as questões de gênero e seus impactos na minha vida e na de tantas mulheres. Também me ajudou a vê o mundo com outro olhar mais reflexivo sobre a luta feminista, bem como a me reconhecer feminista e militante” (Participante, 2023).

“Sim, ampliou meus conhecimentos sobre os direitos das mulheres, me fez olhar para a minha condição de mulher na sociedade e me fortalecer no enfrentamento às desigualdades” (Participante, 2023).

A metodologia dos encontros é pensada a partir da pedagogia feminista popular⁴², pautada na autonomia das mulheres, com rodas de conversa, debates, troca de experiências e depoimentos das participantes, exercitando a fala pública e a participação política em outros espaços políticos. Através da fala, as mulheres conseguem se expressar melhor que pela escrita, o que seria um diferencial para esta pesquisa.

As perguntas sobre o funcionamento do FMA e a metodologia feminista adotada nas reuniões bimestrais foram tratadas como pontos positivos e a melhorar pelas participantes. Nos positivos apareceram a construção coletiva, a didática, o acolhimento, a troca de saberes, a importância do coletivo para o fortalecimento do feminismo entre as mulheres e como pontos a melhorar, apareceram os escassos recursos financeiros, a necessidade de conquistar mais mulheres, as desistências de participação no Fórum, além da necessidade de reuniões acontecerem de forma itinerante, pois atualmente o ponto de encontro é em Ouricuri.

“Acho muito bom a forma que o fórum se organiza, as parcerias que fazem, o poder de articulação. Mas ainda precisa de apoio financeiro para conseguir chegar às mulheres que moram mais distantes, principalmente na zona rural” (Participante, 2023).

“É o que me encanta, construímos juntas o movimento, então desde as datas das reuniões, até as formas que vamos comunicar nossa luta é definida pelo coletivo” (Participante, 2023).

“O FMA tem conseguido ao longo dos anos despertar muitas mulheres, militantes, mesmo com todas as distâncias. Trazer para o cotidiano reflexões pra uma vida sem violência, ou pelo menos fortalecimento para enfrentamentos” (Participante, 2023).

⁴² SILVA, Carmem (2020). “O feminismo é popular por reunir diferentes mulheres em torno da luta por melhorias estruturais em suas comunidades e ao encamparem essa luta automaticamente estão fazendo uma luta anti sistêmica.”

“Os encontros do FMA são acolhedores, tendo uma metodologia baseada na escuta e na construção coletiva. São encontros que nos instiga a entender a importância do feminismo para a transformação social, especialmente para nossas vidas e o nosso bem viver” (Participante, 2023).

“Acho que o FMA tem uma boa didática de reuniões, procurando sempre fortalecer o vínculo do grupo fazendo encontros dinâmicos e acolhedores de forma que as mulheres se sintam seguras” (Participante, 2023).

“Me sinto acolhida, cuidada e em rede de solidariedade, politicamente fortalecida para enfrentamento a violência e as dificuldades do dia a dia”.

“Gosto muito da dinâmica de realização, discussão e aprofundamento das questões que geram as desigualdades na sociedade, especialmente entre homens e mulheres, dos diversos momentos de formação, atos de ruas e audiências” (Participante, 2023).

A execução deste trabalho trouxe muitas inquietações, dentre elas a limitação de tempo e espaço, considerando que a pesquisa foi feita com mulheres residentes no sertão do Araripe e hoje resido em Recife, além de fazer parte da classe trabalhadora formal, logo, apenas parte do que foi planejado no projeto de pesquisa foi executado. Além dos questionários aplicados com as integrantes do Fórum que estão no grupo de whatsapp “FMA 2018”, foram planejadas entrevistas com integrantes de todos os municípios do sertão do Araripe. Porém, apenas 40% das mulheres do grupo responderam ao questionário e mulheres de 04 municípios não responderam, sendo 01 deles, Santa Cruz por não ter nenhuma representante naquele espaço virtual.

Ao decidir pela pesquisa no ambiente virtual, era de conhecimento da minha orientadora, meu e das companheiras do Grupo Jurema que perderíamos detalhes importantes para a interpretação dos resultados. Fora isso, ainda houve a surpresa de apenas uma integrante de 18 a 29 anos participar da pesquisa, além do baixo alcance de mulheres com escolaridade de ensino médio ou fundamental. Por ser realizada de forma online, era esperado que mulheres sem smartphone e tablets, com limitação de acesso à internet também não respondessem. A diversidade geracional é ponto a melhorar em todos os agrupamentos de PE, necessitando conquistar as jovens para a luta feminista popular.

Em relação a maioria das mulheres serem cristãs católicas, a cultura local favorece pelo acesso e atuação das igrejas na formação dos municípios da região. Dois pontos chamaram atenção neste indicador, mesmo com a maioria das mulheres autodenominadas negras (pretas e pardas), não houve nenhuma seguidora de religião de matriz afrobrasileira, além de nenhuma ter citado a questão do racismo religioso relacionado a causa antirracista. O outro ponto é sobre as

cristãs evangélicas, pois apenas uma participante segue essa denominação. Na região existem muitas igrejas evangélicas, tradicionais ou não, mas que sinalizam que não tem proximidade com os movimentos sociais, como ocorre com uma ala católica. Há também o crescimento do pânico moral e antifeminismo amplamente explorado nas últimas eleições pela extrema direita.

A maioria das participantes são residentes nas zonas rurais da região, mas não necessariamente são agricultoras por este motivo. Existe forte participação de funcionárias públicas, seja da saúde ou da educação, diferente de trabalhadoras formais, com carteira de trabalho assinada, pois as que participaram da pesquisa são integrantes de ONGs e apenas 01 trabalha em uma empresa privada. Logo, não se identificou as trabalhadoras do comércio local. Há predominância de participantes em mais de um espaço de lutas, como por exemplo, a forte presença de mulheres do Jurema e das integrantes dos sindicatos de trabalhadoras rurais.

Ficou visível a necessidade de conectar algumas perguntas com outras que não foram aplicadas para apurar melhor o entendimento de algumas questões. Em estado civil não foi possível entender se as mulheres solteiras já foram casadas e se possuem filhos ou se as casadas têm apoio nas tarefas domésticas e de cuidados em seus lares, bem como, a identificação de violências vivenciadas nas relações heterossexuais. Em relação a sexualidade e identidade de gênero fez falta entender a relação das mulheres com a própria sexualidade e qual a relação da religião nas escolhas afetivas. Ao conhecer as preferências de descanso e lazer, não foi possível identificar o tempo disponibilizado para essas necessidades.

Não foi possível identificar a propriedade de casas ou terras e nem a condição da moradia. Outra lacuna notada é relativa ao acesso a políticas públicas de crédito produtivo ou mesmo de moradia, como por exemplo, o programa minha casa minha vida.

A atuação do FMA é diversa, assim como ocorre nos demais agrupamentos do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileira, passa por programa semanal de rádio, construção e participação em atos públicos, organização dos próprios atos políticos, principalmente no 8 de março, vigílias, panfletagem, performances na rua, dentre outras ações. A metodologia nas reuniões e encontros são bem avaliadas pelas mulheres, havendo a necessidade de mais delas construírem as ações do dia a dia, pois a organização horizontal é desafiante.

Então, diante destes dados apresentados, nos aproximamos das considerações finais no próximo capítulo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final traz considerações sobre a pesquisa “FMA: quem somos e o que fazemos”, realizada com as próprias integrantes deste coletivo feminista no Sertão do Araripe em Pernambuco, composta por revisão bibliográfica sobre movimentos sociais e movimentos feministas, além da aplicação de questionário online com 23 mulheres, o que significa 40% das participantes do grupo de whatsapp “FMA – 2018”, no qual elas se comunicam notícias, informações e organizam as reuniões online ou presencial. O curto período de aplicação do questionário e as dificuldades com internet e equipamentos estão dentre os desafios enfrentados.

A bibliografia utilizada sistematizou parte da história dos movimentos sociais e algumas correntes de destaque, com olhar para América Latina e Brasil. Porém, as referências sobre os movimentos feministas estavam mais próximas desta pesquisa, com a notada ausência de abordagem sobre mulheres rurais.

Diante do contexto de violência contra as mulheres e da ausência e/ou insuficiência de políticas públicas, o Fórum de Mulheres do Araripe (FMA) encontrou estratégias de mobilização e reivindicação de direitos conquistados ao longo de décadas pelos movimentos feministas, do qual são um dos agrupamentos do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

A seção “quem somos” trouxe um levantamento do perfil das participantes em março de 2023, período de aplicação dos questionários, no qual é possível entender que o coletivo mobiliza mulheres negras, a partir de 40 anos, do município de Ouricuri, em sua maioria residente na zona rural. A necessidade de conquistar jovens e idosas, além de engajamento nos outros municípios da região são apontadas. A atuação do Grupo Jurema de Ouricuri com suas integrantes atuantes no Fórum, refletem a maioria ser deste município.

Estas mulheres são mobilizadas pela igualdade de gênero, direitos das mulheres e o feminismo. Logo, as pautas prioritárias são: a violência contra as mulheres, como o feminicídio, violência doméstica, obstétrica e contra meninas e adolescentes, direitos sexuais e reprodutivos, antirracismo e justiça socioambiental. Aqui chamou a atenção a reivindicação da Delegacia da Mulher – DEAM e a ausência da palavra agroecologia, considerando a quantidade de mulheres rurais envolvidas. A ação coletiva reflete nos atos de rua, vigílias, palestras e seminários, programa de rádio e atuação em rede.

Em relação as mudanças percebidas em suas próprias vidas a partir da auto organização, as mulheres do FMA destacaram o senso crítico e o reconhecimento como

sujeitas de transformação na perspectiva feminista antirracista. O fortalecimento de suas e identidades e conhecimento de seus direitos, buscando romper com padrões patriarcais em suas próprias casas e demais espaços sociais. Desta forma o FMA é reconhecido como espaço de articulação política, formação do feminismo popular, acolhimento e fortalecimento mútuos.

O FMA é um espaço de resistência feminista no sertão do estado, resultado da auto organização dessas mulheres do campo e da cidade, mobilizadas no enfrentamento às violências de gênero e desigualdades sociais do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

1º Encontro Nacional Feminista - 1979. Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFMEA: 1º Encontro Nacional Feminista - 1979

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. 2009. Lua Nova. São Paulo.

ARANTES, Rivane. Abre caminhos: ventos que sopram dos diálogos interculturais feministas. Recife. SOS Corpo, 2022.

Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros [organização: Flavia Londres, Paulo Petersen e Gustavo Martins]. – 1. ed Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. Disponível em OLHARES AGROECOLÓGICOS Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

ÁVILA, Maria Betânia; Ferreira, Verônica (org). Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul. Recife. SOS Corpo, 2018.

BDE - Base de Dados do Estado de Pernambuco. Disponível em <http://www.bde.pe.gov.br/>

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2018.

CARVALHO. Lenira. A luta que me fez crescer: e outras reflexões. coautora, Cornelia Parisius; edição, Carmen Silva e Sophia Branco. Recife. SOS Corpo, 2022.

Dossiê Violência contra as Mulheres em Pernambuco. Articulação Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Estado de Pernambuco. 2022.

Estatística da Criminalidade Violenta em Pernambuco 2021. Disponível em Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco 2021 Acesso em 01 de abril de 2023.

GOHN. Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: 1997. Edições Loyola.

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos . Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

Produto Interno Bruto dos Municípios - PE em 2020. Publicação Anual da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/ FIDEM Condepe Fidem - Estadual - PIB Estadual

SCHUMAHER, Schuma. AMB - 25 Anos Transformando o Mundo pelo Feminismo. Articulação de Mulheres Brasileiras. Rio de Janeiro. REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano, 2019.

SILVA, Carmem Silva Maria da Silva. Movimento de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco – CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife. 2016. Disponível em RI UFPE: Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco – CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife. 2017. Disponível em RI UFPE: Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista Acesso em 01 de fevereiro de 2023.